

A INFLUÊNCIA DE INSTITUIÇÕES E EVENTOS CIENTÍFICOS NA EVOLUÇÃO DO PENSAMENTO GEOGRÁFICO

Marcos Barros de Souza

Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP

São Paulo, SP, Brasil

FAX: (55) 18 221-5897

E-mail: souzamb@bol.com.br

Sueli Ângelo Furlan

Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP

São Paulo, SP, Brasil

FAX: (55) 18 221-5897

E-mail: suelifurlan@uol.com.br

RESUMO

Instituições como as Universidades, a AGB, o IBGE, o IHGB, além dos eventos científicos ligados à área, tiveram grande influência sobre o pensamento geográfico brasileiro. A partir da Revolução de 30, quando se deu ênfase à modernização e ao conhecimento do território brasileiro, é que se pode falar em uma Geografia estruturada, científica e acadêmica, desenvolvida em instituições governamentais e em Universidades. A partir de então, surgiram revistas, boletins e livros científicos, especificamente geográficos, denotando uma grande influência dos geógrafos franceses. Nas décadas de quarenta e cinquenta, as principais contribuições ao desenvolvimento do conhecimento geográfico estão contidas nas teses e contribuições ligadas à USP, nos artigos publicados na Revista Brasileira de Geografia e nos trabalhos esparsos conduzidos pela AGB em suas reuniões anuais. A partir da década de setenta houve uma grande mudança nos Congressos de Geógrafos, os quais alcançaram um nível diferente do que vinha sendo realizado nas décadas anteriores,

sendo que com a reformulação do Estatuto da AGB teve início a realização de Encontros de Geógrafos. Até o final da década de setenta, os principais eventos de nível nacional, que reuniam os geógrafos, foram os Congressos Brasileiros de Geógrafos e Encontros Nacionais de Geógrafos. A partir da década de oitenta começaram a serem realizados outros eventos que tratam a Geografia por áreas, sendo que a Geografia Física ficou representada por dois grandes e importantes eventos: os Simpósios de Geografia Física Aplicada e os Encontros Nacionais de Estudos Sobre o Meio Ambiente.

Palavras-chaves: pensamento geográfico, geografia física, USP, AGB, IBGE, IHGB.

INTRODUÇÃO

Algumas instituições como as Universidades, principalmente a Universidade de São Paulo (USP), a Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB), o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o IHGB (Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro), além de eventos científicos ligados à área, tiveram grande influência sobre a evolução do pensamento geográfico brasileiro.

ANDRADE (1977) relata que a década de trinta marcou o desenvolvimento do conhecimento geográfico com a colocação da Geografia nos currículos dos cursos superiores de Administração e Finanças (que deram origem aos modernos cursos de Ciências Econômicas, de Ciências Contábeis, de Administração e de Direito) e nos cursos de Geografia e História das Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras.

Nas décadas de quarenta e cinquenta, as principais contribuições ao desenvolvimento do conhecimento geográfico estão contidas nas teses e contribuições ligadas à Universidade de São Paulo, nos artigos publicados na Revista Brasileira de Geografia e nos trabalhos esparsos conduzidos pela Associação dos Geógrafos Brasileiros em suas reuniões anuais. O autor cita os mais variados trabalhos que contribuíram, de uma forma ou de outra, ao desenvolvimento do conhecimento

geográfico no Brasil. Alerta, ainda, que a literatura geográfica não vem tendo a repercussão que merece nos meios universitários e culturais e que a mesma contém uma contribuição válida para a interpretação e apresentação de soluções à maioria dos problemas nacionais.

ANDRADE (1994b) relata que a partir da Revolução de 30, quando se deu ênfase à modernização e ao conhecimento do território brasileiro, é que se pode falar em uma Geografia estruturada, científica e acadêmica, desenvolvida em instituições governamentais (IBGE) - e em Universidades. A partir de então, surgiram revistas, boletins e livros científicos, especificamente geográficos, denotando uma grande influência dos geógrafos franceses.

A criação do IBGE, com o recrutamento de engenheiros civis para os trabalhos de Geografia, provocou a renovação do estudo e do ensino de Geografia no Brasil.

AS UNIVERSIDADES - USP (UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO)

Segundo a historiadora Maria Lígia Coelho Prado (REVISTA SUPERINTERESSANTE, 2001), a primeira universidade surgiu em Bolonha, no norte da Itália, no final do século XI. Embora os registros históricos sejam imprecisos, a data mais aceita é 1088, quando o ensino na cidade se tornou livre e independente das escolas religiosas. Pouco depois, no século XII, foi fundada a Universidade de Paris e esses dois estabelecimentos deram, então, a largada para o surgimento de inúmeros outros na Europa.

A criação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, no ano de 1934, permitiu a implantação da Universidade de São Paulo.

O Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP teve sua origem no ano de 1934, na antiga sub-seção de Geografia e História da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. Naquele ano, o primeiro ensino universitário de Geografia foi inaugurado com a cátedra de Geografia, sob responsabilidade do Prof. Pierre Deffontaines, que veio especialmente da França

para ocupá-la. Em 1935, a cátedra passou para a responsabilidade do Prof. Pierre Monbeig.

Em 1939, a cátedra Geografia foi desdobrada em duas: Geografia Humana e Geografia Física. A primeira foi ocupada pelo Prof. Pierre Monbeig até o ano de 1946, quando foi substituído pelo Prof. Ary França. A segunda ficou sob a responsabilidade do Prof. João Dias da Silveira. Em 1942, às duas existentes somou-se a cátedra de Geografia do Brasil, ocupada pelo Prof. Aroldo Edgar de Azevedo. No dia 4 de junho de 1946, foi criado o Departamento de Geografia no interior da então Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. Já em 1956, por força de lei federal, o curso de Geografia foi desmembrado do curso de História, passando ao Departamento a função principal de formação em Geografia.

A AGB (ASSOCIAÇÃO DOS GEÓGRAFOS BRASILEIROS)

MAMIGONIAN (1991) relata que a Associação dos Geógrafos Brasileiros nasceu em 1934. Esta associação se caracterizou como sendo de pesquisadores, reunindo, inicialmente, Pierre Monbeig, seus alunos de Geografia e História e, também, grandes intelectuais como Caio Prado Junior e Rubens Borba de Moraes. A Associação dos Geógrafos Brasileiros se constituiu num lugar mais criativo do que o próprio curso de Geografia e História, por se usar a liberdade intelectual mais plenamente, pela prática constante das palestras, debates e diversidade de opiniões. Quando a Associação dos Geógrafos Brasileiros foi se tornando nacional, a partir de 1944, reunindo, sobretudo, geógrafos de São Paulo e Rio de Janeiro, já existia uma nítida distinção entre as práticas intelectuais das Universidades e da Associação.

ANDRADE (1994a) relata que só em 1944 a Associação dos Geógrafos Brasileiros tornou-se verdadeiramente nacional, com a união dos geógrafos paulistas e cariocas, iniciando-se, assim, um trabalho de cooperação, a partir da Assembléia Geral ocorrida em Lorena. Porém a Associação dos Geógrafos Brasileiros foi profundamente aristocrática uma vez que estabeleceu duas categorias de sócios: os efetivos, com direito pleno; e os cooperadores, formados por todas as pessoas interessadas pelo estudo da Geografia, mas que não tinham uma obra específica na área. O sócio se

iniciava como cooperador e só passava a efetivo se os efetivos resolvessem elegê-lo para o “clube fechado”, sendo que esse sistema ocorria para evitar que intelectuais não-geógrafos chegassem a posições de controle e direção da Associação, em nível nacional e fazer uma espécie de patrulhamento científico, a fim de que a Associação mantivesse uma linha uniforme de pensamento.

GEIGER (1994) relata que a Associação dos Geógrafos Brasileiros, nas décadas de quarenta e cinquenta, foi dominada por conservadores, porém os jovens, contestadores para ter um espaço que lhes era negado, no entanto não abandonaram a instituição. Quando novos grupos alinhados à esquerda política brasileira passaram a dominar a Associação, nos anos setenta, utilizando-a não só para contestar a ditadura militar, mas também para pregar a revolução, procuraram igualmente negar espaço a antigos geógrafos que não seguiam sua orientação política, seja por serem “reacionários” ou por serem dissidentes, muitos dos antigos sócios se retiraram. Segundo o autor, em uma atmosfera democrática, há lugar para todas as correntes de pensamento e deve haver total liberdade para que cada corrente de pensamento existente ou que venha a aparecer, tenha o direito de se apresentar.

A partir da década de setenta, houve uma grande mudança nos Congressos de Geógrafos, os quais alcançaram um nível diferente do que vinha sendo realizado nas décadas anteriores, sendo que com a reformulação do Estatuto da Associação dos Geógrafos Brasileiros teve início a realização de Encontros de Geógrafos. Houve uma evolução quantitativa nos trabalhos apresentados nos eventos, sendo que estes trabalhos eram produzidos pelos novos geógrafos, que tinham uma visão diferenciada dos problemas geográficos que vinham sendo discutidos no Brasil. Talvez isto tenha ocorrido pelo fato de que, nas décadas de cinquenta e sessenta, a Associação dos Geógrafos Brasileiros e a Geografia brasileira tiveram influência muito grande de geógrafos franceses.

Ao longo deste processo percebe-se a grande importância da Associação dos Geógrafos Brasileiros, como uma associação que reúne os pesquisadores/geógrafos de todo o Brasil, a qual tem procurado estar voltada para a divulgação da Geografia, através de eventos ligados à mesma e das revistas e dos boletins publicados e a importância do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e

das Universidades, como instituições governamentais, na produção do saber geográfico.

De acordo com MAMIGONIAN (1991), os Congressos e Encontros promovidos pela Associação dos Geógrafos Brasileiros foram sempre momento onde os geógrafos pudessem apresentar os resultados de suas pesquisas, sendo que estes eram mais produtivos e democráticos que os cursos de Geografia existentes nas Universidades e realizavam os treinamentos de pesquisa e os debates que eram escassos nos cursos, sendo que atualmente os Congressos e Encontros destinam-se, principalmente, aos iniciantes, ou seja, graduandos e recém-graduados.

O IBGE (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA)

Durante o período imperial, o único órgão com atividades exclusivamente estatísticas era a Diretoria Geral de Estatística, criada em 1871. Com o advento da República, o governo sentiu necessidade de ampliar essas atividades, principalmente depois da implantação do registro civil de nascimentos, casamentos e óbitos.

Com o passar do tempo, o órgão responsável pelas estatísticas no Brasil mudou de nome e de funções algumas vezes até 1934, quando foi extinto o Departamento Nacional de Estatística, cujas atribuições passaram aos ministérios competentes.

A carência de um órgão capacitado a articular e coordenar as pesquisas estatísticas, unificando a ação dos serviços especializados em funcionamento no País, favoreceu a criação, em 1934, do Instituto Nacional de Estatística (INE), que iniciou suas atividades em 29 de maio de 1936. No ano seguinte, foi instituído o Conselho Brasileiro de Geografia, incorporado ao INE, que passou a se chamar, então, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

O IBGE é uma instituição da administração pública federal e está subordinado ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

O IBGE oferece uma visão completa e atual do País, através do desempenho de suas principais funções:

- Produção e análise de informações estatísticas;

- Coordenação e consolidação das informações estatísticas;
- Produção e análise de informações geográficas;
- Coordenação e consolidação das informações geográficas;
- Estruturação e implantação de um sistema das informações ambientais;
- Documentação e disseminação de informações;
- Coordenação dos sistemas estatístico e cartográfico nacionais.

O IHGB (INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO)

FIOREZE (2002) relata que os espaços e instituições científicas tornaram-se significativos quando promoveram e acompanharam as grandes transformações científicas, políticas e sociais vividas no cenário brasileiro em meados do século XIX.

O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro foi fundado em 21 de outubro de 1838, durante o período da Regência, por 27 sócios da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, sendo originado de proposta do Marechal-de-Campo Cunha Matos e do cônego Januário da Cunha Barbosa.

Os objetivos estatutários eram, entre outros: coligir, metodolizar, publicar ou arquivar documentos, promover cursos e editar a Revista Trimestral de História e Geografia, também denominada de Jornal do IHGB.

Segundo LACOMBE (1989) a Revista do IHGB, lançada em 1839 foi a maior contribuição para a divulgação da História do Brasil, sendo que a ela se referem com respeito todos os estudos sobre a formação da História do Brasil.

O título da Revista sofreu várias alterações. Inicialmente chamava-se Revista trimestral de História e Geografia ou Jornal do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, sendo algumas vezes trimestral, outras vezes anual, voltando a ser publicada trimestralmente.

TAPAJÓS (1989) publicou artigo comemorativo ao sesquicentário da Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, onde resenhou o número inaugural e aqueles correspondentes aos cinquentenário e centenário da Revista, pois, segundo o autor, foi nesta Revista que realmente se escreveu a História do Brasil, além de se lançarem as bases do levantamento geográfico, continuado ou completado por

outras instituições, como a Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e o Conselho Brasileiro de Geografia.

OS EVENTOS CIENTÍFICOS

A Geografia e a Geografia Física, no Brasil, vêm sendo discutidas com significativa importância ao longo dos Encontros, Congressos e Simpósios de nível nacional, com maior ênfase a partir da década de setenta, conforme pode ser verificado nos Anais e/ou Cadernos de Resumos e Contribuições Científicas destes eventos, os quais registram trabalhos em diferentes linhas de abordagem.

Até o final da década de setenta, os principais eventos de nível nacional, que reuniam os geógrafos, foram os Congressos Brasileiros de Geógrafos e Encontros Nacionais de Geógrafos. A partir da década de oitenta, além destes, começaram a serem realizados outros eventos que tratam a Geografia por áreas, sendo que a Geografia Física ficou representada por dois grandes e importantes eventos: os Simpósios de Geografia Física Aplicada e os Encontros Nacionais de Estudos Sobre o Meio Ambiente.

ANDRADE (1989), relata, ainda, que a partir da década de oitenta, quando a crise do capitalismo atingiu a fundo o Brasil, a corrente chamada crítica ou radical ganhou espaço e passou a ser discutida no ambiente universitário e nas associações profissionais, enquanto a corrente teórico-quantitativista perdeu terreno, partindo para uma posição cada vez mais tecnocrática ou para uma posição ligada à valorização da percepção. Nesta década, os geógrafos, de acordo com suas posições teóricas e filosóficas, procuraram caminhos e explicações para a realidade que estava em mudança rápida e contínua.

CHRISTOFOLETTI (1985), relata que a realização dos Simpósios de Geografia Física Aplicada criou oportunidade para que a comunidade de pesquisadores brasileiros dedicados aos estudos da Geografia Física pudesse se reunir e debater assuntos ligados à área. Houve uma necessidade de reunir os especialistas e os interessados em Geografia Física para avaliar o desenvolvimento ocorrido nesse setor e as pesquisas realizadas nas várias instituições brasileiras e traçar algo para orientar e

entrosar os projetos de pesquisa a curto e médio prazo. Outro fato foi de que, após a regulamentação da Profissão de Geógrafo, através da Lei nº 6.664/79, os profissionais da área de Geografia Física ainda não tinham tido oportunidade para se reunir, debater e definir o modo de ação mais consentâneo para com a realidade brasileira.

Os objetivos básicos delineados para os Simpósios foram: a) avaliar o estado atual do ensino e da pesquisa em Geografia Física, considerando o que se desenvolve no país; b) elaborar o quadro de ação dos geógrafos, no tocante ao estudo do meio ambiente físico, em função da lei sobre a profissão de geógrafos; c) traçar orientações que visam concatenar e coordenar as atividades de ensino e as pesquisas nas diversas Universidades e Instituições brasileiras; d) divulgar, através de publicação específica ou de número especial de um periódico geográfico, os trabalhos e as ponderações resultantes desse conclave.

Os Encontros Nacionais de Estudos Sobre o Meio Ambiente tinham como objetivos: propiciar uma forma interdisciplinar de debates e comunicações científicas, visando a integração e o avanço das ciências ligadas ao meio ambiente; e contribuir, através do melhor conhecimento da realidade ambiental, na definição de políticas e ações relativas ao meio ambiente.

CONSIDERAÇÕES

É notável o papel que as Universidades e as instituições exercem na evolução do pensamento geográfico. As Universidades são responsáveis pela formação e aprimoramento dos geógrafos. As instituições, como a AGB, o IBGE, o IHGB e até mesmo as Universidades são responsáveis pelo expressivo número de revistas que contêm as publicações dos pesquisadores brasileiros.

Os eventos científicos, promovidos tanto pela AGB quanto pelas Universidades, tornaram-se fundamentais para que pudessem ser discutidos e divulgados os resultados das pesquisas na área de Geografia Física, produzidas no Brasil, por serem eventos de nível nacional. Com a realização dos eventos científicos a Geografia Física e os geógrafos/pesquisadores estão conquistando um espaço maior e

divulgando os seus progressos científicos, o que pode ser evidenciado com a periodicidade em que os eventos ocorrem e o número de trabalhos apresentados.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, Manuel Correia de. O pensamento geográfico e a realidade brasileira. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, n. 54, p. 5-28, junho 1977.

ANDRADE, Manuel Correia de. **Caminhos e descaminhos da geografia**. Campinas: Papyrus, 1989.

ANDRADE, Manuel Correia de. **Uma geografia para o século XXI**. Campinas: Papyrus, 1994a.

ANDRADE, Manuel Correia de. Trajetória e compromissos da geografia brasileira. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE GEÓGRAFOS, 5., 1994, Curitiba. **Anais...** Curitiba: AGB, 1994b. p. iii-viii.

CHRISTOFOLETTI, Antônio. Simpósio de geografia física aplicada. **Boletim de Geografia Teórica**, Rio Claro, v. 15, n. 29-30, p. 9-28, 1985.

CORRÊA, Roberto Lobato. **Região e organização espacial**. São Paulo: Papyrus, 1986.

FIOREZE, Zélia Guareschi. **A invenção do Rio Grande do Sul: território e identidade na visão do IHGBRGS (1920-1937)**. Passo Fundo: Clio, 2002.

GEIGER, Pedro Pinchas. Um olhar sobre a geografia no Brasil: do estado novo à nova república. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE GEÓGRAFOS, 5., 1994, Curitiba. **Anais...** Curitiba: AGB, 1994. p. ix-xviii.

LACOMBE, Américo Jacobina. A Revista do IHGB – 150 anos. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, Rio de Janeiro, v. 150, n. 362, p. 1-2, janeiro/março de 1989.

MAMIGONIAN, Armen. A AGB e a produção geográfica brasileira: avanços e recuos. **Revista Terra Livre**, São Paulo, n. 8, p. 157-62, 1991.

TAPAJÓS, Vicente. A Revista em três tempos: 1839-1889-1939. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, Rio de Janeiro, v. 150, n. 362, p. 3-18, janeiro/março de 1989.